

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – GOVERNO DO DISTRITO
FEDERAL

Ref.: Pregão Eletrônico nº 033/2024 – Processo Administrativo nº 00112-00008154/2024-95

A empresa **BIOVETOR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.**, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.469.364/0001-40, com sede na Rua Eleutério da Silva Furtado, S/N, Jardim Atlântico, Florianópolis/SC – CEP: 88.095-550, vem, respeitosamente, por intermédio de seu representante legal ao final assinado, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO**, com fundamento no art. 59, §1º da Lei 13.303/16, bem como no item 8 do Edital, em face da decisão que **habilitou** a empresa FCB TRANSPORTES LOGISTICA E SERVIÇOS GERAIS LTDA., a fim de que sejam respeitados os princípios constitucionais da igualdade e da legalidade.

1. DOS FATOS E DO DIREITO

O Governo Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, instaurou o Pregão Eletrônico nº 033/2024 visando a “*Contratação de empresa(s) especializada(s) na manutenção de indivíduos arbóreos localizados em áreas urbanas públicas, para a operacionalização dos serviços de podas, supressão, remoção de árvores mortas e caídas, destocamento, limpeza do local das intervenções, trituração, recolhimento e transporte dos resíduos de origem vegetal oriundos da operação para o Viveiro de Plantas Ornamentais II do Departamento de Parques e Jardins – DPJ, ou outro local determinado pela direção da Companhia, com a disponibilização de mão de obra, equipamentos e materiais necessários ao manejo da arborização urbana do Distrito Federal – DF.*”

Durante a fase de habilitação, a empresa FCB TRANSPORTES LOGÍSTICA E SERVIÇOS GERAIS LTDA. deixou de atender critérios essenciais previstos

em edital, os quais comprometem sua regularidade técnica, fiscal e financeira, requisitos indispensáveis para a habilitação no certame.

Foram constatadas as seguintes irregularidades: (a) ausência de comprovação de capacidade técnica de destocamento em área urbana; (b) a inadequação e invalidade do atestado de capacidade **técnica nº 46/2024** ao fim que se destina; (c) ausência do índice de endividamento financeiro (EF); e (e) ausência da Certidão Negativa de Débitos relativo as contribuições previdenciárias e as de terceiros.

Dessa forma, a empresa FCB TRANSPORTES LOGÍSTICA E SERVIÇOS GERAIS LTDA., ora Recorrida, deixou de cumprir os itens 7.3.1.5.2; 7.3.1.18.1 e 7.3.2.4 do edital licitatório.

As irregularidades mencionadas não apenas configuram o descumprimento claro dos critérios do edital, mas também violam os princípios fundamentais da licitação, como a isonomia, o julgamento objetivo, a moralidade e a vinculação ao instrumento convocatório. É dever da Administração Pública assegurar que todos os licitantes cumpram integralmente os critérios determinantes, sob pena de comprometer a legalidade e a competitividade do procedimento licitatório.

A decisão que habilitou a empresa FCB TRANSPORTES, além das inconsistências identificadas, prejudica diretamente as demais empresas licitantes que, em conformidade com os princípios licitatórios, apresentaram a documentação relevante definida no edital, de forma regular.

Trata-se, portanto, de situação que merece ser revista, sob pena de ensejar prejuízos ao interesse público e ao erário, uma vez que a celebração do contrato com empresa que não atenda aos critérios de habilitação pode comprometer a sua regular execução.

Diante disso, a Recorrente interpõe o presente recurso administrativo, com o objetivo de demonstrar que a decisão ora combatida deve ser reformada, em atenção aos princípios da isonomia, do julgamento objetivo, da

moralidade e da vinculação ao instrumento convocatório, pilares que devem nortear os atos administrativos.

Passemos às razões de recurso.

2. DAS RAZÕES DO PRESENTE RECURSO

Ab initio, urge rememorar que o presente certame é regido pela Lei Federal nº 13.303/16, Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações citadas no preâmbulo do edital, não havendo qualquer autorização ou possibilidade de que seja afastada a sua incidência, sob pena de se ferir o princípio da legalidade e da vinculação ao edital, a fim de que se mantenha a lisura no certame. Destaca-se do edital:

"O presente certame será regido pela Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016, Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap e Lei Complementar nº 123/2006, além das demais normas pertinentes, desde que não conflitem com os dois primeiros diplomas legais mencionados, observadas as condições estabelecidas neste Ato Convocatório e seus Anexos."

Assim, cabe à Comissão Permanente de Licitações conhecer e aplicar o estofa legal regente do presente processo licitatório, evitando-se discussões perante os Órgãos de Controle.

2.1. DA AUSÊNCIA DO GRAU DE ENDIVIDAMENTO FINANCEIRO (EF)

O edital do Pregão Eletrônico nº 033/2024 estabelece, no item 7.3.1.5.2, a necessidade de comprovação da boa situação financeira do licitante por meio da apresentação de índices financeiros específicos, incluindo o índice de endividamento financeiro (EF), definido como:

7.3.1.5.2	A boa situação financeira da sociedade empresária será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral ≥ 1 , Solvência Geral ≥ 1 , Liquidez corrente ≥ 1 , Endividamento Geral $\leq 80\%$ (oitenta por cento) e Endividamento Financeiro ≤ 1 , resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:
	Índice de Liquidez Geral (LG)
	$ILG = (\text{ATIVO CIRC} + \text{ATIVO NÃO CIRC}) / (\text{PASSIVO CIRC} + \text{PASSIVO NÃO CIRC})$
	Índice de Solvência Geral (SG)
	$ISG = \text{ATIVO TOTAL} / (\text{PASSIVO CIRC} + \text{PASSIVO NÃO CIRC})$
	Índice de Liquidez Corrente (LC)
	$ILC = \text{ATIVO CIRCULANTE} / \text{PASSIVO CIRCULANTE}$
	Índice de Endividamento Geral (EG)
	$EG = (\text{DÍVIDA TOTAL} / \text{ATIVO TOTAL}) \times 100$
	Índice de Endividamento Financeiro (EF)
	$EF = \text{DÍVIDA BRUTA (DE CURTO E LONGO PRAZO)} / \text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}$



Analisando a documentação apresentada pela empresa Recorrida, FCB Transportes Logística e Serviços Gerais LTDA, colaciona-se, inicialmente, os seus índices e as fórmulas aplicadas:

COEFICIENTES DE ANÁLISES EM 31/12/2023			
Coefficiente	Fórmula	Valor	Resultado
Índice de Liquidez Geral	Ativo Circulante + Realizável Longo Prazo	60.482.722,32 + 1.152.844,84	1,78
	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	22.022.350,49 + 12.683.092,65	
Índice de Liquidez Corrente	Ativo Circulante	60.482.722,32	2,75
	Passivo Circulante	22.022.350,49	
Índice de Solvência Geral	Ativo	79.544.039,75	2,29
	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	22.022.350,49 + 12.683.092,65	
Capital Circulante Líquido	Ativo Circulante - Passivo Circulante	60.482.722,32 - 22.022.350,49	38.460.371,83
Grau de Endividamento	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	22.022.350,49 + 12.683.092,65	0,44
	Ativo	79.544.039,75	

Observe-se que a empresa Recorrida apresentou o índice de liquidez geral, o índice de solvência geral e o índice de liquidez corrente, em conformidade com as exigências do edital, bem como atendeu ao Grau de Endividamento Geral. No entanto, deixou de apresentar o **grau de endividamento financeiro (EF)**, parâmetro equivalente ao **Passivo Circulante e Não Circulante (Curto e Longo Prazo) sobre o Patrimônio Líquido**, descumprindo, assim, a exigência expressa no edital.

A ausência do referido índice, de acordo com a documentação apresentada pela FCB TRANSPORTES, configura grave descumprimento direto da exigência editalícia, pois impede uma avaliação completa da capacidade econômico-financeira da empresa, descumprindo com tamanha certeza o disposto no item 7.1.2 do edital, o que leva à sua inabilitação. Vejamos o teor do referido dispositivo editalício:

7.1.2. Caso a empresa deixe de apresentar algum dos documentos solicitados nos itens 7.3.1 e 7.3.2, a mesma deverá ser inabilitada/desclassificada.

Senhores (as), em face da conduta da empresa Recorrida deverão ser aplicadas as regras do instrumento convocatório que levará à sua inabilitação, em razão do descumprimento do item 7.3.1.5.2, por força do item 7.1.2 acima transcrito.

2.2 DA AUSÊNCIA DA CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E ÀS DE TERCEIROS

O edital estabelece, no item 7.3.2.4, a necessidade de apresentação da Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, vejamos:

7.3.2.4 – Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.106, de 30.4.2007;

Analizando a documentação apresentada pela empresa Recorrida, verificou-se a ausência de apresentação da respectiva C.N.D., descumprindo, assim, mais uma vez, uma exigência expressa do edital.

Assim, por força do disposto no item 7.1.2 do Edital, não resta outra alternativa a ser tomada a não a de inabilitar/desclassificar a Recorrida pela ausência de apresentação da Certidão Negativa prevista no item 7.3.2.4 do Edital.

No mais, o Edital definiu de forma clara e precisa que deve ser observada a Lei Federal nº 13.303/16, e demais normas que regem a matéria, de acordo com as disposições e demais elementos integrantes do Edital. Assim, por lógica jurídica e legal, há que se observar todo o regramento correlacionado, **inclusive as regras do próprio edital.**

Conforme nos ensinou o renomado mestre Hely Lopes Meirelles, licitação é:

*“o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa par o contrato de seu interesse. Como procedimento desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos”.*¹

O que se busca, efetivamente, através da licitação, é uma disputa justa entre os interessados, com o objetivo final de se obter a oferta mais vantajosa, **em igualdade de condições, observando-se as regras do instrumento convocatório**, que aplicável a todos os envolvidos, especialmente às empresas licitantes e aos agentes públicos do órgão licitante.

Essas regras são pautadas pelo **princípio da legalidade**, que, na Administração Pública, implica na autorização de agir apenas conforme determina a lei. **Portanto, qualquer descumprimento das regras antes instituídas por meio do Edital, é ilegal.**

¹ Direito Administrativo Brasileiro, Malheiros, 19ª ed., p. 247.

Dentre os vários princípios que regem a licitação, destacam-se a Vinculação ao Ato Convocatório, a Isonomia e a Legalidade.

A vinculação da Administração (e de todas as empresas licitantes) ao edital visa a qualidade e a segurança da futura contratação, pois, estão delineados os procedimentos, propostas e documentação, critério de julgamento e a minuta do contrato, sempre com o intuito de garantir o princípio da isonomia e os demais princípios basilares da licitação, o que obriga essa renomada Administração a atender o que disposto no edital.

Dispõem o artigo 31 da Lei nº 13.303/16:

Art. 31. As licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, **da vinculação ao instrumento convocatório**, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo.

O edital, quando não impugnado, constitui-se no arcabouço das normas da licitação ao qual se destina, tornando-se a lei interna da licitação. A ele está vinculada tanto a Administração quanto as empresas participantes. Por conseguinte, o julgamento deve obedecer às previsões editalícias e legais.

Nesse sentido, vasta é a doutrina.

Para MARÇAL JUSTEN FILHO, *"ao descumprir normas constantes do edital, a Administração frustra a própria razão de ser da licitação. Viola os princípios norteadores da atividade administrativa, tais como a legalidade, a moralidade, a isonomia. O descumprimento de qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública. Nem mesmo o vício do edital justifica pretensão de ignorar a disciplina por ele veiculada. (...) O descumprimento às regras do edital acarreta a nulidade dos atos infringentes."*²

No mesmo diapasão é a lição de Hely Lopes Meirelles³:

A **vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação.** [...] O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu.

Já o princípio da legalidade, em um Estado Democrático de Direito, como o brasileiro, valoriza as normas legais como norteadoras das atividades

² Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 3ª ed. Rio de Janeiro: AIDE, 1994, p. 255.

³ MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 26 ed. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 263

administrativas, devendo o Estado, inclusive no que diz respeito à sua organização, criteriosamente obedecê-las.

O artigo 37, caput, da Constituição Federativa do Brasil de 1988 estabelece que “a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...].”

Hely Lopes Meirelles (2011) ensina que: *O princípio da legalidade está em toda a atividade funcional, sujeitos aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.*

Assim, em atenção ao princípio da legalidade, a Administração deve atender a lei em sentido estrito (Leis Ordinária e Complementar), devendo, ainda, **respeitar as normas constitucionais, medidas provisórias e disposições estabelecidas em atos normativos (decretos e regulamentos).**

Nota-se, assim, que o edital, como lei interna da licitação, precisa ser respeitado. **Não há juízo discricionário nessa questão. Não pode a Administração escolher entre uma ou outra ação, ela tem o dever de observar o que preceitua o edital.**

Nesse sentido, vale citar, ainda, a lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei n 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual “**a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada**”. E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. **O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender as exigências concernentes a proposta, serão desclassificados (artigo 48, inciso I).**⁴

Deve, desse modo, a Administração, em obediência aos princípios da vinculação ao edital, legalidade, impessoalidade e isonomia, observar os argumentos expostos nesta peça, que levam à inapelável **inabilitação e desclassificação da empresa FCB TRANSPORTES LOGÍSTICA E SERVIÇOS GERAIS LTDA.**, nos termos do item 7.1.2 do edital licitatório.

⁴ PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. **Direito Administrativo**. 13. Ed. São Paulo: Atlas, 2001, p. 299.

2.2. DA INVALIDADE DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA

O edital, no item 7.3.1.18.1, exige que as empresas participantes comprovem a qualificação técnica por meio de Atestados de Capacidade Técnica (CAT), os quais devem demonstrar a execução de **serviços compatíveis com os descritos no Termo de Referência (TR)**. Em especial, o item 11.4.1 do TR especifica que os atestados apresentados **devem identificar expressamente o responsável técnico pela execução dos serviços, garantindo sua vinculação com o objeto lícitado**.

O edital assim determina:

7.3.1.18.1 A empresa arrematante deverá apresentar comprovação de qualificação técnica de acordo com os itens 11.3 e 11.4 do Termo de referência.

Então, o Termo de Referência traz o seguinte nos referidos itens:

11.3. Da Comprovação de Qualificação Técnica:					
11.3.1.	Em respeito ao que preceitua o Tribunal de Contas do Distrito Federal, também para que os objetivos buscados pelo presente ato alcancem resultados satisfatórios, será necessária por parte das LICITANTES ARREMATANTES, comprovação de aptidão para o desempenho de atividade compatível com o objeto lícitado.				
11.3.2.	As PROPONENTES, obrigatoriamente, deverão apresentar Certidão de pessoa jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou por meio eletrônico/via Internet, da sede da empresa licitante, dentro do prazo de validade. Se a empresa CONTRATADA, for de outra praça, no ato da CONTRATAÇÃO deverá apresentar a Certidão de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA do Estado de origem, e esta deverá ser obrigatoriamente visada pelo CREA/DF, de acordo com o art. 69, da Lei 5.194, de 24/12/66 e Resolução n.º 265, de 15/12/79 do CONFEA.				
11.4. Dos Acervos Técnicos:					
11.4.1.	Do Responsável Técnico - O Responsável Técnico da PROPONENTE deverá comprovar ter executado, a qualquer tempo, obras/serviços compatíveis com o objeto desta licitação, por meio de certidão (ões) e atestado(s), em nome do próprio RT, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica (s) de direito público ou privado, devidamente certificado(s) pelo CREA/CAU, na forma do disposto na Resolução n.º 1.025, de 30 de outubro de 2009 do CONFEA, com apresentação da (s) Certidão (ões) de Acervo Técnico (CAT) e Indicação da(s) Anotação (ões) de Responsabilidade Técnicas (ART) emitidas pelo conselho de fiscalização de profissional, onde conste a execução do serviço descrito na tabela abaixo:				
<table><tr><th></th><th>Descrição dos serviços</th></tr><tr><td>Para todos os lotes</td><td>Manutenção de indivíduos arbóreos localizados em áreas urbanas públicas, para a operacionalização dos serviços de podas, supressão, remoção de árvores mortas e caídas, destocamento, limpeza do local das intervenções, trituração, recolhimento e transporte dos resíduos de origem vegetal oriundos da operação.</td></tr></table>			Descrição dos serviços	Para todos os lotes	Manutenção de indivíduos arbóreos localizados em áreas urbanas públicas, para a operacionalização dos serviços de podas, supressão, remoção de árvores mortas e caídas, destocamento, limpeza do local das intervenções, trituração, recolhimento e transporte dos resíduos de origem vegetal oriundos da operação.
	Descrição dos serviços				
Para todos os lotes	Manutenção de indivíduos arbóreos localizados em áreas urbanas públicas, para a operacionalização dos serviços de podas, supressão, remoção de árvores mortas e caídas, destocamento, limpeza do local das intervenções, trituração, recolhimento e transporte dos resíduos de origem vegetal oriundos da operação.				

Analisando a documentação de habilitação apresentada pela empresa FCB Transportes Logística e Serviços Gerais LTDA., verifica-se que claramente não cumpre com os requisitos necessários para comprovação da capacidade técnica, nos termos do disposto em edital no item supramencionado.

Inicialmente, verifica-se que a Certidão de Acervo Técnico nº 1020170000706 e 1020170000704, em conjunto com os atestados de capacidade técnica emitido pela empresa Corumbá Concessões S.A, não estão diretamente relacionados ao serviço de destocamento descrito no objeto da presente licitação, conforme Termo de Referência.

Destacam-se as seguintes constatações:

- Os atestados **não mencionam atividades de retirada de resíduo lenhoso e destocamento** de remanescentes de árvores cortadas, que são serviços centrais exigidos para a habilitação técnica no presente certame.
- Além disso, os documentos descrevem atividades relacionadas a serviços de roçada manual e mecanizada com retirada de raízes de ervas daninhas, sendo, portanto, incompatíveis com os **serviços de destocamento de arborização urbana, conforme exigidos no edital**. Vejamos:

ITENS	DADOS TÉCNICOS	QUANTIDADE
01	Mobilização e desmobilização de pessoal e equipamentos	34
02	Poda de árvore, <u>aceiro, roçada manual e/ou mecanizada com retirada de raízes</u> , envoltos em solo, ervas daninhas, rastelagem e destinação em local apropriado	185.000 m ²
03	Descupinização	


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA
E AGRONOMIA DE GOIÁS


Certidão de Acervo Técnico - CAT
 Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
1020170000706
 Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás - CREA-GO o Acervo Técnico do profissional **MARIO OZEAS SAMPAIO DOS SANTOS FILHO** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):
 Profissional: **MARIO OZEAS SAMPAIO DOS SANTOS FILHO** RNP: **0708259782** Registro: **17555/D-DF**
 Título profissional: **Engenheiro Agrônomo**

Nº ART: **1020170050555**..... Tipo: **Obra ou serviço**.. Registrada em: **24/03/2017** .. Baixada em: **24/03/2017**
 Forma de registro: **Substituição à 1020170049649**..... Participação técnica: **Individual**.....
 Empresa contratada: **23495 - FCB - TRANSPORTES LOGISTICA E SERVICOS GERAIS LTDA**.....

Contratante: **CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.**..... CPF/CNPJ: **04.066.598/0001-72**
 Rua **15 A**..... Número: **SN**..... Bairro: **Vila Juracy**..... CEP: **72814-300**
 Quadra: **SQ**..... Lote: **SN**..... Complemento: **zona rural**..... Cidade: **Luziânia**..... GO
 E-Mail: Fone: **(61....) 3392-9600**.....
 Contrato: **966-2016**..... Celebrado em: **22/10/2015**..... Valor R\$: **157.374,30**.....
 Vinculada a ART: Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**
 Ação Institucional: **Nenhuma/Não Aplicável**
 Endereço da Obra/Serviço: **Rua 15 A**..... Número: **SN**.....
 Bairro: **Vila Juracy**..... CEP: **72814-300**.....
 Quadra: **SQ**..... Lote: **SN**..... Complemento: **zona rural**..... Cidade: **Luziânia**..... GO
 Data de início: **26/08/2016**..... Prazo de término: **25/10/2016**.....
 Finalidade: **Outro**..... Coordenadas Geográficas:
 Proprietário: **CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.**..... Código/Obra pública:
 E-Mail: CPF/CNPJ: **04.066.598/0001-72**
 Fone: **(61....) 3392-9600**.....

Atividade(s) Técnica(s): **1 - ATUACAO EXECUCAO SERVICOS AFINS E CORRELATOS EM MEIO AMBIENTE , 185.000,00 METROS QUADRADOS:**

Observações:
PODA DE ARVORES, ACEIRO, ROÇAGEM MANUAL E OU MECANIZADA COM RETIRADA DE RAÍZES ENVOLTOS EM SOLO, CONTROLE DE ERVAS DANINHAS, RASTELAGEM E DESTINAÇÃO EM LOCAL INDICADO E DESCUPINIZAÇÃO;

O Termo de Referência é claro quanto a definição do é o serviço de destocamento objeto da contratação, vejamos:

7.46. DESTOCAMENTO

7.47. Objetivando eliminar resíduos lenhosos e proporcionar um manejo completo e eficiente da arborização urbana, a contratada deverá realizar, **APENAS QUANDO SOLICITADO** o destocamento e a retirada dos resíduos remanescentes produzidos pelas intervenções arbóreas.

A título ilustrativo seguem imagens extraídas de sítios eletrônicos na qual ficam claras as diferenças de arranquio de ervas daninhas x destocamento com destocador autopropelido de remanescente de árvore:



Nota-se de forma inequívoca que os atestados e respectivos acervos técnico acostados pela Recorrida em nada guardam relação com os serviços de destocamento de remanescentes de intervenções arbóreas, objeto da contratação. Forçoso concluir que a comprovação prevista no item 7.3.1.18.1 do Edital não foi cumprida, ensejando a inabilitação/desclassificação da Recorrida.

Outro aspecto relevante dos Atestados em comento é o local de execução do serviço. Conforme indicado, **o serviço foi prestado em uma área classificada como zona rural – no entorno da UHE Corumbá IV**, conforme detalhado no site oficial da concessionária responsável pela área (<https://www.corumbaconcessoes.com.br/>). **Tal característica contraria a exigência expressa de que os serviços sejam executados em áreas urbanas, como previsto no edital e no Termo de Referência.**

São algumas informações extraídas do sítio eletrônico da Corumbá Concessões S.A.:

Informações técnicas

A UHE Corumbá IV está localizada no rio Corumbá, em seu trecho superior, nas coordenadas geográficas 16° 19' 22" sul e 48° 11' 15" oeste, município de Luziânia, Goiás. O rio Corumbá é afluente pela margem direita do rio Paranaíba e faz parte do sistema de reservatórios da bacia hidrográfica do rio Paraná.



Reservatório

O lago da UHE Corumbá IV ocupa aproximadamente 173 km² de área com uma capacidade de 3,7 trilhões de litros d'água.



Barragem de terra

Formada principalmente de terra e argila, a barragem do lago da UHE Corumbá IV tem comprimento total de 1.290 metros e altura máxima de 76 metros. A largura da barragem chega aos 400 metros na base e aos 10 metros no topo.



Vertedouro

Utilizado para controlar o nível da água do reservatório, o vertedouro da UHE Corumbá IV possui três comportas metálicas com movimentos hidráulicos. Tem capacidade de verter mais de 2 milhões de litros de água por segundo. Todo o volume de água excedente do reservatório é conduzido por uma rampa de 420 metros, retornando ao curso original do rio Corumbá, à jusante da Usina.



Conforme disposto no item 7.47 do Termo de Referência, o referido atestado não abrange o objeto do certame, pois trata de serviços prestados em zona rural, enquanto o TR exige o manejo completo e eficiente em área urbana.

7.47. Objetivando eliminar resíduos lenhosos e proporcionar um manejo completo e eficiente da arborização urbana, a contratada deverá realizar, apenas quando solicitado, o destocamento e a retirada dos resíduos remanescentes produzidos pelas intervenções arbóreas.
(grifamos)

Convém salientar que, nesse mesmo certame, foi realizada uma análise de capacidade técnica dos atestados apresentados por todos os arrematantes. A empresa Planativa Florestal Ltda., nos lotes 3, 4, 5 e 9, foi inabilitada justamente por não comprovar a execução dos serviços em áreas urbanas públicas. Vejamos:

3.8. Conclusão

3.9. Não foi localizado comprovação da empresa PLANATIVA FLORESTAL LTDA indicando matriz, filial ou escritório no Distrito Federal.

3.10. Conforme item 3.1 a empresa possui matriz em Minas Gerais e, s.m.j, não foi encontrado documento que valide o comprometimento de montar matriz, filial ou escritório no Distrito Federal.

3.11. Apesar de ser identificado Acervo Técnico do responsável na página 138, este é referente a poda de árvores de grande porte em 32 hectares para regenerar e melhorar **povoamentos florestais**. Apesar da empresa ter comprovado, conforme item 3.6, execução de 40.480 podas e 8.885 supressões, tais serviços também foram executado em **povoamentos florestais** e, portando, **não foi localizada comprovação da execução de Manutenção de indivíduos arbóreos localizados EM ÁREAS URBANAS PÚBLICAS.**

(...)

3.16. Por não possuir comprovação de matriz, filial ou escritório no Distrito Federal, por não possuir comprovação a execução de Manutenção de indivíduos arbóreos localizados EM ÁREAS URBANAS PÚBLICAS e por não possuir comprovação da execução, a qualquer tempo, do serviço de destocamento, **A EMPRESA PLANATIVA FLORESTAL LTDA, S.M.J, NÃO ATENDE AO EXIGIDO NO TERMO DE REFERÊNCIA 44 - NOVACAP/PRES/DU/DPI/DPI (150934957) do Pregão Eletrônico nº 033/2024 – DECOMP/DA, para arrematarem todos os lotes pretendidos.**

Por mero amor ao debate e para que não parem dúvidas sobre o desatendimento da Recorrida, quanto a ausência de comprovação de capacidade técnica, nos termos estabelecidos no edital e seu respectivo Termo de Referência, passamos a analisar o outro atestado apresentado pela mesma:

A Recorrente juntou o Atestado de Capacidade Técnica nº 46/2024, datado de 13 de setembro de 2024, firmado pelo próprio Órgão Licitante. O referido documento menciona, de forma expressa, a realização do serviço de destocamento, **entretanto o mesmo não foi acervado / registrado junto ao CREA!**

Tal exigência está contida no Termo de Referência, vejamos:

11.4.4. Será permitida a apresentação de diferentes atestados de capacidade, ou de vários atestados a serem utilizados nessa finalidade, devendo tal(is) certidão (ões) e/ou atestado (s), serem acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) em nome de profissional habilitado, que trabalhe para a LICITANTE ou que já tenha figurado como responsável técnico da Empresa, desde que conste na documentação comprobatória do acervo profissional, o nome da pessoa jurídica do LICITANTE, bem como a empresa CONTRATADA para a execução dos serviços, no teor do art. 64, da Resolução n.º 1.025/09 - CONFEA.

art. 64. O registro de atestado será efetivado por meio de sua vinculação à CAT, que especificará somente as ARTs a ele correspondentes.

§ 1º A veracidade e a exatidão das informações constantes do atestado são de responsabilidade do seu emitente.

§ 2º A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

§ 3º A CAT apresentará informações ou ressalvas pertinentes em função da verificação do registro do profissional e da pessoa jurídica à época da execução da obra ou da prestação do serviço, bem como dos dados do atestado em face daqueles constantes dos assentamentos do Crea relativos às ARTs registradas.

§ 4º O atestado registrado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha ser a ela vinculado como integrante de seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Seção III

Da Inclusão ao Acervo Técnico de Atividade Desenvolvida no Exterior

Não obstante, em uma análise mais atenta do documento, evidencia-se inconsistências e omissões graves que o tornam absolutamente inválido ao fim que se destina.

Primeiramente, chama a atenção o fato de que o atestado menciona termos aditivos datados de 02/05/2025, ou seja, uma data futura em relação ao momento da sessão pública, ocorrida em 30 de setembro de 2024. Tal circunstância é, no mínimo, estranha, pois evidencia uma provável impropriedade temporal no registro do documento, lançando dúvidas sobre sua deficiência e veracidade. Embora o atestado tenha sido assinado pelos Contratantes, a menção a uma data futura deve ser devidamente esclarecida, sob pena de violação do princípio da veracidade documental. Senão vejamos:

DADOS DO CONTRATO

Número do Processo de Licitação: Processo SEI/GDF nº 00112-00015366/2020-03

Contrato: 106/2022-DA/PRES/NOVACAP - assinado em 02/05/2022

Termo Aditivo: Segundo Termo Aditivo ao Contrato - assinado em 02/05/2025

Contrato: 107/2022-DA/PRES/NOVACAP - assinado em 02/05/2022

Termo Aditivo: Segundo Termo Aditivo ao Contrato - assinado em 02/05/2025

Contrato: 108/2022-DA/PRES/NOVACAP - assinado em 02/05/2022

Termo Aditivo: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato - assinado em 02/05/2025

Objeto do Contrato: Constitui objeto do contrato, a contratação de empresa especializada, com vista a locação de veículos, máquinas e equipamentos/implementos, sob demanda, incluindo a operação, manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de combustível para a formação e operação de "PATRULHA MECANIZADA, Lotes: 02, 03 e 04, provenientes da Ata de Registro de Preços (Doc. SEI/GDF nº 85324486) que deverá ser entregue conforme descrições, condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência (Doc. SEI/GDF nº 84031509), e seus anexos, no Edital de Pregão Eletrônico nº 002/2021 - DILIC/DECOMP/DA (Doc. SEI nº 55038535), que juntamente com a Proposta apresentada (Doc. SEI/GDF nº 85043274), constante do processo SEI/GDF nº 00112-00015366/2020-03.

Outro aspecto ainda mais relevante é **a omissão quanto ao responsável técnico**. O atestado de capacidade apresentado pela FCB TRANSPORTES **não menciona que o Sr. Mario Ozeas Sampaio dos Santos Filho**, indicado pela empresa como responsável técnico, **tenha de fato participado da execução dos serviços citados no documento**. Tal omissão viola diretamente os critérios do edital e do Termo de Referência, uma vez que a comprovação da experiência técnica deve incluir a identificação clara do responsável técnico vinculada ao acervo técnico apresentado.

Cabe ressaltar que o edital é cristalino ao exigir, no item 7.3.1.18.1, a comprovação técnica nos moldes do item 11.4.1 do Termo de Referência, que exige a apresentação de **atestados que indiquem, de forma inequívoca, a participação do responsável técnico na execução dos serviços compatíveis com o objeto licitado**. **A ausência dessa informação essencial torna o documento incompleto e inválido para fins de habilitação no presente certame**.

Além disso, a empresa FCB TRANSPORTES apresentou apenas o Atestado de Capacidade Técnica nº 46/2024, **sem documentação complementar que demonstra o acervo técnico do seu responsável técnico indicado**. Tal fato reforça o descumprimento dos requisitos previstos no edital e no Termo de Referência, inviabilizando o atendimento pleno das exigências de qualificação técnica.

Diante das inconsistências expostas, repita-se, (1) a menção de Aditivos com datas futuras; (2) a ausência de identificação do responsável técnico no correspondente atestado; e (3) a falta de comprovação do acervo técnico exigido; resta claro que a empresa FCB TRANSPORTES não atendeu integralmente aos critérios de habilitação técnica estabelecidos no edital. Tal situação configura o descumprimento das disposições editalícias e afronta os princípios da isonomia,

da legalidade e da vinculação ao instrumento licitatório, já amplamente debatidos no presente recurso.

Por fim, invoca-se o disposto no item 11 do TR (Exigências para Habilitação), o qual, em conjunto com os requisitos do edital, sustenta o presente pleito de inabilitação da empresa FCB Transportes Logística e Serviços Gerais LTDA., em razão do descumprimento dos critérios técnicos exigidos no edital.

Portanto, é legitimamente necessária a reavaliação da habilitação da referida empresa, sob pena de violação ao princípio da vinculação ao edital e ao princípio da Legalidade, o que compromete a seleção de licitantes plenamente comprometidos e aptos à execução do objeto licitado.

3.DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto, **REQUER:**

a) seja conhecido o presente Recurso Administrativo para julgá-lo totalmente procedente, com a consequente **inabilitação e desclassificação da empresa FCB TRANSPORTES LOGÍSTICA E SERVIÇOS GERAIS LTDA.;**

b) caso não seja esse o entendimento de V. Sa., o que não se espera, seja o recurso administrativo remetido à **Diretoria Jurídica** e, posteriormente, à **autoridade superior competente**, para que após análise do mesmo, defira o presente pedido.

Nesses termos, espera deferimento e JUSTIÇA!

Brasília/DF, 19 de dezembro de 2024.

BIOVETOR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.

CNPJ nº 02.469.364/0001-40

Sandro L. R. Araújo

OAB/SC 11.148